

Congresso e governo vão ter que incluir renda básica na discussão do Orçamento de 2022

[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

O STF determinou o pagamento de um benefício mínimo para aos brasileiros em situação de pobreza e extrema pobreza, cumprindo uma lei de 2004 e que até hoje não foi seguida.

O Congresso e o governo vão ter que incluir a renda básica na discussão do Orçamento do ano que vem. O STF determinou o pagamento de um benefício mínimo para os mais pobres. O julgamento foi no plenário virtual - em que os votos são apresentados em um sistema eletrônico - e a decisão dos ministros do Supremo Tribunal Federal foi unânime. A partir do ano que vem, o governo está obrigado a pagar uma renda básica nacional aos brasileiros em situação de pobreza e extrema pobreza, cumprindo uma lei de 2004 e que até hoje não foi seguida. A Defensoria Pública moveu a ação no ano passado pedindo que o governo regulamentasse o benefício. Em abril, o Supremo já havia determinado o pagamento da renda básica, mas o governo recorreu alegando não poder cumprir a decisão por questões fiscais e porque a lei proíbe implementar e ampliar benefícios em ano eleitoral, como 2022. No voto, o ministro Gilmar Mendes, relator do recurso, afirmou que não haveria crime eleitoral, porque o governo vai cumprir uma decisão judicial sobre um programa social já estabelecido em lei. O Supremo não definiu o valor dessa renda básica nem quantos brasileiros terão de ser atendidos. Pelo critério do governo, quem ganha menos de R\$ 100 por mês está em situação de extrema pobreza; quem tem renda mensal de até R\$ 200 está em situação de pobreza. Quase 18 milhões de cadastrados no Cadastro Único do governo federal estão nessas condições. O economista Marcelo Neri afirma que os programas de transferência de renda têm se mostrado eficazes e que a renda básica pode garantir auxílio constante aos mais pobres.

“Programas tipo Bolsa Escola, Bolsa Família já mostraram que são poderosos para reduzir a pobreza a um custo fiscal razoável. O problema desses programas é que eles ficam muitas vezes à mercê do governo, e não são políticas de estado. Eu acho que o que a renda mínima pode fazer, ou a renda básica pode fazer é transformar as transferências de renda num programa de estado”, diz. Agora, Congresso e governo terão de incluir a renda básica na discussão do orçamento do ano que vem. A decisão do STF chega em um momento em que parlamentares e Planalto discutem o novo valor do Auxílio Brasil, que substituiu o Bolsa Família, mas ainda não está claro se o programa cumpriria o que o Supremo determinou. O governo está em busca de recursos para pagar o benefício com um valor de R\$ 400. Para isso, quer usar a PEC dos precatórios, que está em discussão no Senado. A PEC fixa um limite anual para gastos com precatórios, que são dívidas da união reconhecidas pela Justiça. Na prática, adia esses pagamentos. A PEC também permite ao governo dar um dribble no teto de gastos, ao mudar a forma de correção desse mecanismo que existe para impedir o descontrole das contas públicas. As medidas garantem mais de R\$ 100 bilhões no orçamento de 2022. A PEC foi aprovada na Câmara. No Senado, o relator é o líder do governo, Fernando Bezerra, do MDB, que deve ler o relatório nesta quarta-feira (24). Bezerra fez mudanças no texto. A principal delas é tornar de R\$ 400 um programa permanente - pela proposta inicial do governo, o auxílio neste valor só estaria garantido até o final de 2022. “O segundo ponto é no sentido da vinculação de todo o espaço fiscal a ser aberto a despesas pré-determinadas, que essa foi uma manifestação de muitos senadores no sentido de que o espaço fiscal esteja vinculado ao Auxílio Brasil, em primeiro lugar, e vinculado às despesas que estão relacionadas ao valor do salário mínimo”, disse Fernando Bezerra. O ministro da Cidadania, João Roma, reconheceu que o governo não tem uma fonte de financiamento para bancar o Auxílio Brasil nos próximos anos, respeitando as regras fiscais. “Fazer com que esse benefício seja permanente, certo, seria muito bom e de fortalecimento da política de assistência social. Ocorre que precisamos identificar a fonte de recursos para isso. Uma vez identificada a fonte de recursos para isso seria, sinceramente, uma posição muito positiva”, afirmou o ministro.

